

ESCAVANDO "DESAPARECIDOS" EM CEMITÉRIO NO RIO DE JANEIRO

*Nanci Vieira de Oliveira**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

A arqueologia possui um papel importante na sociedade brasileira, no sentido de ser capaz de articular a investigação e os direitos humanos, numa sociedade onde perseguições políticas, discriminação e torturas se fizeram constantes. A vinda de uma equipe argentina de antropólogos forenses no Rio de Janeiro à convite do Grupo Tortura Nunca Mais, pretendia propiciar a participação de arqueólogos brasileiros na escavação de “desaparecidos”. Assim, apresento a experiência no ano de 1992, vivida em conjunto com médicos legistas, de trabalhar com restos materiais de um passado recente que ainda incomoda a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Arqueologia, Sociedade Brasileira, Rio de Janeiro.

The archaeology possesses an important function in Brazilian society, in the sense of being capable to articulate the investigation and the human rights, in a society where political persecutions, discrimination and tortures made constant themselves. The coming of an Argentinean team of forensic anthropologists in Rio de Janeiro by invitation of the Grupo Tortura Nunca Mais, it intended to propitiate the Brazilian archaeologists' participation in the “missing persons” excavation. I present the experience in the year of 1992, lived together with medical jurists, of working with material remains of a recent past that still inconveniences the Brazilian society.

Keywords: Archaeology, Brazilian Society, Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO:

ARQUEOLOGIA, SOCIEDADE E POLÍTICA

A Arqueologia sempre teve um papel ideológico importante na legitimação de identidades nacionais e exclusão de determinados grupos sociais e étnicos (Funari, 1995a, 1995b). No cenário político brasileiro, entre 1964 e 1985, a Arqueologia Brasileira desenvolveu-se e preparou toda uma geração de profissionais que utilizaram a neutralidade política como discurso.

O reconhecimento do trabalho de antropólogos físicos e arqueólogos, por parte de órgãos do governo, e a utilização de suas experiências nas ciências forenses não é recente na América do Norte. No entanto, a aplicação destes conhecimentos sempre serviu aos interesses do Estado, da classe média e de determinados grupos (McGuire, 1999; Funari, 2000).

Embora a influência americana seja marcante para a Arqueologia Brasileira, a utilização de conhecimentos técnicos arqueológicos em uma Antropologia Forense como ocorria na América do Norte nos anos 60 e 70, não se estendeu da mesma forma para o Brasil e demais países latino-americanos. Nos Estados Unidos, antropólogos físicos realizam análises forenses quando restos ósseos são enviados para seus laboratórios, e ao término das análises, estes retornam aos seus estudos pré-históricos. Além de não haver motivações políticas, suas análises tem reconhecimento pelo sistema judicial.

A Antropologia Forense, conjugando conhecimentos de Medicina Legal, Antropologia Física e Arqueologia, somente se estenderá a países latino-americanos no final da década de 1980 (Cuenca, 1994). Na América Latina muito poucos países possuem antropólogos forenses relacionados com o sistema judicial, sendo que estes além de não possuírem liberdade em suas ações, não participam das exumações dos restos ósseos. As exumações judiciais são realizadas sem um rigor mínimo científico, sem a participação de arqueólogos, o que acarreta perda de informações, destruição dos restos ósseos e na impossibilidade de identificação.

Nas sociedades acadêmicas dos países latino-americanos, verifica-se uma forte resistência de arqueólogos e antropólogos físicos em trabalhar com casos que estejam relacionados à violação dos direitos humanos. Na Argentina como na Guatemala, equipes de Antropologia Forense não estão ligadas ao Estado ou qualquer outra organização política, buscando no entanto trabalhar com casos de violência política. No caso específico da Argentina, a Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) como instituição independente conta em seu quadro com arqueólogos, antropólogos, médicos e especialistas em informática, já tendo realizado trabalhos em 25 países (Fondebrider, 2000).

No Brasil não existe qualquer antropólogo forense nos quadros das instituições judiciais, como também há um total despreparo das equipes de investigação no tratamento de casos que exijam exumações. Embora tenha ocorrido uma primeira tentativa de se criar uma equipe forense de Interesse do GTNM, com a colaboração de antropólogos da EAAF, esta ficou resumida na experiência que está sendo relatada neste trabalho.

A localização de ossadas em Perus (SP) e a identificação de desaparecidos durante o período militar em São Paulo, incentivou o Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ (GTNM) na busca destes no Rio de Janeiro, com a colaboração de antropólogos forenses da Argentina. Minha inserção na equipe formada pelo GTNM propiciou, primeiramente, a execução de ações que iam de encontro com as discussões que eram realizadas naquele momento sobre o papel social da universidade e o afastamento da academia em relação a própria sociedade brasileira. Como também representava a possibilidade de contato com material humano diferente do meu universo acadêmico até aquele momento e a possibilidade de intercâmbio com médicos-legistas.

Acostumada a me relacionar com sítios arqueológicos pré-históricos, esta seria a oportunidade de experimentar como trabalhar com restos materiais de um passado que ainda era presente,

pelo fato que os familiares dos desaparecidos estão vivos e acompanhariam os trabalhos de exumação.

Uma equipe começou a se formar com voluntários não somente para a identificação das ossadas existentes no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, mas também nas documentações do Instituto Médico Legal, no Instituto de Criminalística Carlos Éboli e na Santa Casa da Misericórdia.

As trabalhos no cemitério de Ricardo de Albuquerque contaram com a participação dos médicos legistas Gilson Souza Lima e Maria Cristina Menezes indicados pelo CREMERJ; enquanto as entrevistas com os familiares e buscas de novos documentos nas instituições citadas eram coordenadas pela antropóloga Eliane Cantarino (UFF).

A PROPOSTA DE TRABALHO E AS ESCAVAÇÕES

A primeira etapa consistiu em visitas ao cemitério de Ricardo De Albuquerque e junto com a administração deste estabelecer uma rotina de trabalho, já que estávamos submetidos a uma burocracia policial. Assim, foi estabelecido que ao final de cada dia entregaríamos uma lista do material ósseo humano e o administrador se responsabilizaria do registro na delegacia local. O material somente poderia ser transportado pelo Corpo de Bombeiros, sempre acompanhado de um membro do GTNM ou da equipe de campo. Identificada a área onde se encontravam os restos esqueléticos, sendo esta uma vala de 25 metros, subdividimo-la em quadrículas de 1 x 1,5 m.

Como os 14 desaparecidos¹ que se encontravam neste cemitério eram pessoas de cor branca entre 18 e 45 anos, determinou-

¹ Ramires Maranhão do Vale, Vitorino Alves Moitinho, José Bartolomeu R. da Costa, José Silton Pinheiro, Ranúsia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, Getúlio de Oliveira Cabral, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lourdes Maria W. Pontes, Wilton Ferreira, Mario Prata, Merival Araújo e Luis Ghillardini.

se como plano de trabalho a realização das exumações, identificação dos indivíduos por sexo, traços raciais e por categoria de idade, de forma a estabelecer os grupos onde estes poderiam estar incluídos. Definindo-se o grupo seriam realizadas análises dentárias, de características da morte e, posteriormente, de DNA.

Buscando informações com o administrador do cemitério, constatamos que a vala onde estaria os desaparecidos, foi aberta para depositar cerca de 2100 ossadas, correspondendo a covas rasas comuns² e covas de indigentes³ (onde estavam os corpos que procurávamos). Embora a partir do final da década de 70 tenha sido instituída a obrigatoriedade de individualização dos restos ósseos nos ossários, geralmente utilizando-se sacos plásticos, isto não ocorreu com os que foram depositados nesta vala clandestina.

Iniciamos os trabalhos pretendendo estabelecer a disposição dos ossos de forma a identificarmos pelo menos partes dos esqueletos. Porém, conforme os ossos eram evidenciados junto com outros elementos materiais, percebemos que a única identificação possível, talvez fosse do crânio. Estas questões eram discutidas com os familiares que sempre acompanhavam os trabalhos, esperançosos na identificação de seus mortos.

As estratégias estabelecidas previamente tinham por objetivo a identificação dos indivíduos existentes na vala, e em especial a distinção dos que pudessem corresponder aos desaparecidos cujas fichas cadastradas tínhamos em mãos. No entanto, os restos ósseos não apresentavam as condições que presumíamos inicialmente.

Para compreender a disposição dos restos ósseos, buscamos aprender sobre a rotina de um cemitério do Rio de Janeiro, das características dos túmulos de acordo com os aspectos econô-

² Covas rasas de baixo custo.

³ Covas rasas destinadas a pessoas sem identificação.

micos, dos diferentes tratamentos que os mortos recebiam, em especial com relação à exumação. Observando duas exumações realizadas durante o período em que realizávamos o trabalho, verificamos diferenças marcantes no que se refere ao tratamento dado ao morto, de acordo com a situação sócio-econômica deste. Os mortos em túmulos mais caros, cujas exumações geralmente são acompanhadas por familiares, recebem um tratamento mais cuidadoso. Já aqueles em covas rasas, e principalmente, os indigentes, suas exumações resultam em muitos ossos fragmentados pelas enxadas utilizadas pelos coveiros. Neste momento percebi que a forma como eram realizadas as exumações destruíam todas as evidências importantes para o trabalho arqueológico.

Os desaparecidos que buscávamos identificar tinham sido exumados de covas rasas, de indigentes, de forma similar a uma das exumações observadas no presente, que os coveiros realizavam com uma enxada. Muitos dos ossos saíam fragmentados, sendo colocados em um carrinho de mão, da mesma forma como deve ter sido com os que eu exumava, sendo que estes foram jogados numa vala, junto com milhares de outros. Esta situação ainda era agravada pelo cemitério encontrar-se numa área onde o lençol freático era muito superficial, o que deteriorava ainda mais as ossadas que estavam todas misturadas.

A presença de meias de nylon femininas e masculinas, adereços de caixões funerários, indicam que além da presença de indigentes, haveria indivíduos exumados de covas rasas cujos parentes não solicitaram exumações.

Entretanto, o estado de conservação do material exumado até determinado momento apontou a impossibilidade de identificação dos indivíduos desaparecidos no início da década de 70.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentando-se reconstituir as primeiras exumações realizadas pelos funcionários do cemitério, podemos dizer que estas foram

feitas com enxadas, em várias covas ao mesmo tempo, e as ossadas transportadas em carrinhos-de-mão até o local que serviria de ossário. Indivíduos excluídos socialmente em vida, foram tratados igualmente após a morte, com covas anônimas e exumações destruidoras.

Desta forma tornou-se impossível identificar os desaparecidos políticos, já que estes ao tornarem-se indigentes, tiveram seus restos ósseos diluídos entre milhares de outros excluídos pela sociedade. Embora as primeiras exumações tenham sido realizadas, provavelmente, após o estabelecimento do uso obrigatório de sacos individualizando as ossadas, tal procedimento não foi respeitado pelo descaso da própria administração do cemitério.

Em um país, como o Brasil, onde a tortura e o desaparecimento de pessoas ainda são comuns até os dias de hoje, torna-se fundamental que as investigações tenham um mínimo de rigor científico.

A Arqueologia e a Antropologia Física podem contribuir com seus conhecimentos técnicos para o estabelecimento de uma Antropologia Forense Brasileira, preparando especialistas em conjunto com a Medicina Legal. Isto exige não somente um reconhecimento pelos órgãos oficiais da contribuição destas áreas, como também que suas análises tenham valor judicial.

AGRADECIMENTOS - A autora agradece ao Grupo “Tortura Nunca Mais/RJ” pela possibilidade do exercício de uma Arqueologia consciente de seu papel social, a Cecília Coimbra e Hugo Luvizolo pelo apoio para a realização deste trabalho, aos médicos legistas Gilson Souza Lima e Maria Cristina Menezes como companheiros de campo e, em especial a Pedro Paulo Funari, pelo incentivo e idéias que contribuíram na elaboração e divulgação deste trabalho realizado em 1992.

Nanci Vieira de Oliveira
E-mail: nancivieira@uol.com.br

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, S. 1999. A 'cultural mosaic' at Palmares? Grappling with the historical archaeology of a seventeenth-century Brazilian quilombo. In: FUNARI, P.P.A. (Ed.). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, Campinas, IFCH-UNICAMP, pp. 141-178.
- BROTHWELL, D.R. 1981. *Digging up bones*. Ithaca, Cornell University Press.
- COIMBRA, C. 1993. Desaparecidos Políticos e Indigentes: resgatando a memória brasileira. *Boletim do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ*, Rio de Janeiro, novembro.
- CUENCA, J.V.R. 1994. *Introducción a la Antropología Forense. Análisis e Identificación de Restos Óseos Humanos*. Santafé de Bogotá, Universidad de Colombia.
- FONDEBRIDER, L. 2000. La Antropología Forense como instrumento para el análisis de la violencia política. In: TELES, J (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*, São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP.
- FUNARI, P.P.A. 1995a. A teoria arqueológica no Brasil: etnicidade e política em questão. *Simpósio Internacional sobre teoria e método em Arqueologia*, MAE/USP.
- FUNARI, P.P.A. 1995b. Memória histórica e cultura material. *Rev. de Ciências Históricas*, vol. X, Porto, Univ. Portucalense, pp.327- 339.
- FUNARI, P.P.A.1995c. Mixed features of archaeological theory in Brazil. In: UCKO, P. J. (Ed.). *Theory in Archaeology: a world perspective*. Routledge, London, pp. 236-250.
- FUNARI, P.P.A. 1996. O amadurecimento de uma Arqueologia Histórica Mundial. *Revista de História*, São Paulo, FFLCH-USP, 135:163-168.
- FUNARI, P.P.A. 1996. Archaeological theory in Brazil: ethnicity and politics at stake. *Historical Archaeology in Latin América*, 12:1-13.
- FUNARI, P.P.A. 1997. Archaeology, History, and Historical Archaeology in South América. *International Journal of Historical Archaeology*, 1(3):189-206.
- FUNARI, P.P.A.1999. Brazilian archaeology, a reappraisal. In: POLITIS, G. & ALBERTI B. (Ed.) *Archaeology in Latin America*. London, Routledge, pp. 17-37.
- FUNARI, P.P.A., OLIVEIRA, N.V. & TAMANNI, E. 2000. Archaeology to the Lay Public in Brazil: Three Experiences. *Congresso de Arqueologia Histórica*, Quebec.
- TELES, J. (Org.). 2000. *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou punição?* São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP.
- UBELAKER, D.H. 1978. *Human skeletal remains*. Washington, Taraxacum.